

**6º PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO ABERTO NO ÂMBITO DA OGP
REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL**

INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO:

1. **Data:** 12.06.2024
2. **Local:** Sede da Controladoria-Geral da União e Aplicativo Microsoft Teams

PARTICIPANTES PRESENTES:

1. **Controladoria-Geral da União – CGU:**
 - Otávio Neves
 - Raquel Aparecida Pereira
 - Iasmin Leiros
 - Priscilla Ruas
 - Maíra Pova
2. **Grupo de Pesquisa Politeia - Universidade do Estado de Santa Catarina**
 - Paula Chies Schommer
3. **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC**
 - Renan Perondi
4. **Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento – IBRACEM**
 - Juliana Roman
5. **Open Knowledge Brasil**
 - Milena Coimbra de Carvalho
6. **Transparência Internacional**
 - Renato Morgado

TÓPICOS ABORDADOS

- Monitoramento do 6º Plano de Ação de Governo Aberto;
- Ingresso do Brasil no Comitê Gestor da Parceria para Governo Aberto;
- Seleção do compromisso 1 "Transparência e Participação Social em Grandes Obras de Infraestrutura" pela OGP e inclusão nos Desafios do Open Gov Challenge;
- Diagnóstico de governo aberto e contratações da UNESCO.

DESENVOLVIMENTO

A reunião iniciou-se com a Coordenadora-Geral de Promoção de Governo Aberto, Raquel Aparecida Pereira, dando boas-vindas e agradecendo o apoio e compromisso de todos os presentes. Em seguida, apresentou os principais aspectos acerca dos compromissos do 6º Plano de Ação Nacional.

Destacou, conforme o processo de monitoramento, que foram realizadas reuniões com os coordenadores de compromisso em fevereiro de 2024 e reuniões de monitoramento específicas com todos os responsáveis pela execução dos compromissos em maio de 2024. As reuniões de monitoramento são organizadas pela

CGU e conduzidas pela equipe de monitoramento (GT da Sociedade Civil e representantes do CIGA). Nessa rodada, foram 8 encontros com o total de 100 representantes da sociedade e do governo presentes. Os presentes puderam avaliar os avanços alcançados e desafios de cada marco dos compromissos. A próxima rodada de reunião de coordenadores e de monitoramento está prevista para ocorrer em julho de 2024.

Na sequência, a coordenadora informou ao grupo sobre a eleição do Brasil como membro do Comitê Diretor da OGP ocorrida em maio. Esta instância é o mais alto órgão executivo da Parceria composta por 11 representantes do governo e 11 da sociedade. Os novos membros eleitos iniciam os trabalhos em outubro deste ano e o mandato tem duração de 3 anos, podendo concorrer à reeleição para mais 3 anos. Além do Brasil, foram eleitas as Filipinas, Estônia, Marrocos e Reino Unido. Segundo Otávio Neves, o Brasil pretende atuar para ampliar os debates sobre o fortalecimento da democracia e do espaço cívico.

Raquel Pereira também compartilhou com o grupo que o Brasil obteve destaque com a seleção de um dos compromissos do 6º Plano de Ação para os desafios de Governo Aberto ou Open Gov Challenge. Esta é uma iniciativa que faz parte da estratégia 2023-2028 da OGP e que trará destaque com o reconhecimento de ações de governo abertos que estão sendo desenvolvidas em áreas específicas em eventos da OGP; em divulgações amplas; e em premiação do SUMMIT da OGP de 2025. O compromisso brasileiro selecionado foi o compromisso 1 “Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura”.

A representante da Politeia Paula Schommer enfatizou que o destaque dado ao compromisso facilitará na obtenção de apoio das redes da OGP para divulgação e sensibilização da temática abordada no compromisso.

Como uma das ações de melhoria da comunicação sobre a execução dos compromissos, a coordenadora informou sobre a intenção de se construir uma *Newsletter*. Os presentes refletiram sobre a possibilidade de que a *Newsletter* trimestral ultrapasse a temática de execução do Plano de Ação e tem por finalidade a troca de informações sobre governo aberto além de informes sobre os compromissos.


O representante da Transparência Internacional Renato Morgado pontuou que esse seria uma importante iniciativa para circular notícias sobre governo aberto, de forma geral, que incluísse conteúdo das ações da sociedade civil e dos participantes da Rede Brasileira de Governo Aberto, criada em abril de 2024. A troca dessas notícias e informações, por meio da *Newsletter*, auxiliaria no acompanhamento e envolvimento com o Plano e poderia ser também aperfeiçoada nas reuniões com a sociedade civil.

Também foi compartilhado com os presentes informações sobre as contratações realizadas, em janeiro de 2024, pela CGU para o desenvolvimento de estudos de diagnósticos de governo aberto, incluindo o levantamento e consolidação do arcabouço normativo da temática.

Foram contratadas duas consultorias pela UNESCO com a previsão de entrega dos produtos para até setembro de 2024. A primeira consultoria está realizando estudo de mapeamento de práticas de governo aberto no Poder Executivo federal e em Estados e municípios, bem como a elaboração de compêndio da legislação federal de governo aberto. Já a segunda está realizando pesquisa de percepção e diagnóstico com gestores do Poder Executivo federal sobre ações e iniciativas de governo aberto. Para a coordenadora, os resultados dessas consultorias serão um importante material para qualificar as políticas de governo aberto e identificar necessidades de aprimoramento.

Segundo Otávio Neves, esses produtos se somam à Avaliação de Governo Aberto feita pela OCDE (2022) e são insumos para a mobilização de órgãos e parceiros a construção da Estratégia de Governo Aberto, de forma integrada e transversal.

Adicionalmente, a coordenadora tratou sobre questões relativas a outras etapas do monitoramento do 6º Plano de Ação. Relembrou o grupo sobre a necessidade de elaboração da metodologia para atualização do 6º Plano. De acordo com o manual da OGP, os planos que possuem duração de 4 anos precisam realizar uma atualização obrigatória até o final do segundo ano de sua vigência. Nesse sentido, pontuou sobre a importância de o grupo iniciar as reflexões e desenho dessa metodologia.



Também destacou sobre a importância de o grupo definir a metodologia para as reuniões com a sociedade civil. Segundo as diretrizes da OGP, essas reuniões precisam ocorrer duas vezes por ano. Nesse sentido, compartilhou com o grupo a proposta inicial para desenho da metodologia que foi elaborado pela CGU e a Open Knowledge Brasil. Esta proposta prevê: a) realização de encontros virtuais em agosto; b) possibilidade de interação e de contribuições/ debates; c) participação de entidades da sociedade civil e representantes governamentais do 6º Plano de Ação em regime de inscrição; d) o objetivo de compartilhar o caminho percorrido no 6º Plano e proporcionar oportunidade de engajamento.

Tratando dos conteúdos que poderiam ser abordados nessas reuniões com a sociedade civil, o Diretor de Governo Aberto e Transparência, Otávio Neves, sugeriu que os atores responsáveis pelos compromissos aproveitassem os encontros para compartilhar questões amplas, não se limitando a apenas um aspecto (processos ou resultados ou produtos). Poderia ser um espaço aberto para que representantes da sociedade e do governo pudessem compartilhar boas práticas e desafios.

Após essas reflexões, Raquel Pereira disse que marcaria outro encontro para debaterem de modo mais aprofundado sobre a metodologia das reuniões. A coordenadora incentivou que outros participantes do GT fizessem parte desse processo de elaboração.

Por fim, a coordenadora passou a palavra para quem quisesse se manifestar. Nesse momento, os presentes puderam contribuir com reflexões e questionamentos.

ENCAMINHAMENTO:

- A CGU marcará nova reunião para tratar da metodologia das reuniões com a sociedade civil.